



**Bacia do Paramirim**  
Consórcio Público de  
Desenvolvimento Sustentável

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012-2021**

**EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002-2021-PP**

Objeto: Contratação de serviços para locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

**2021**

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002-2021-PP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2021**

**1. Preâmbulo**

O CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA PARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o Nº. 19.202.416/0001-10, com sede na Rua José Ribeiro Lula, s/n, Centro, Caturama-Estado da Bahia - CEP 46575-000, por intermédio da Pregoeira Oficial, a Sr<sup>a</sup>. Jussilene Maria da Silva Souza e Equipe de Apoio, designados pelo Exmo. Presidente do Consórcio CDS-Bacia do Paramirim, através da Portaria nº **001/2021 de 25 de janeiro de 2021**, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando "Contratação de serviços para locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim", de acordo com a Lei ESTADUAL 9.433/2005, e subsidiariamente a Lei Federal Nº. 8.666/1993 e alterações; Lei Federal Nº. 10.520/2002, Lei Complementar Nº. 123/2006 e suas alterações, e normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos.

**2. Unidade Interessada**

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA PARAMIRIM.

**3. Modalidade**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002-2021-PP

**4. Tipo de Licitação**

MENOR PREÇO POR ITEM

**5. Objeto**

Constitui o objeto da presente licitação a contratação de serviços para locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

**6. DATA E HORARIO DA SESSÃO:**

DATA: 09 de setembro de 2021

HORARIO: 08h:30min

**7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Unidade orçamentária: 01 - Consórcio Público

Atividade: GESTÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS 33.90.39.00.00.00.00

Elemento: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 01.20/01.21

<b>8. LOCAL DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES:</b> Na sala de reuniões do Anexo do CDS – Bacia do Paramirim, localizada na Rua José Ribeiro Lula, s/n, Centro, Caturama-BA, onde serão recebidos os invólucros contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação
<b>9 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES POR VIA POSTAL:</b> Os envelopes contendo a proposta, documentos da habilitação e credenciamento, devidamente lacrados, <b>para aqueles que não participarão presencialmente da licitação</b> , devem ser protocolados e entregues no Setor de PROTOCOLO deste consórcio, no endereço Rua José Ribeiro Lula, s/n, Centro, Caturama-BA CEP: 46.575-000, impreterivelmente até às 17:00 horas do dia 24 de agosto de 2021.
<b>10. PRAZO DE ENTREGA :</b> ATÉ 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.
<b>11. OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES:</b> JUNTO AO CONSÓRCIO, EM SUA SEDE, SITUADA NA RUA JOSÉ RIBEIRO LULA, S/N, CENTRO- CATURAMA-BA, CEP: 465785-000, NO HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, DAS 08:00 ÀS 12:00 HORAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, POR E-MAIL <a href="mailto:CDSBP@OUTLOOK.COM">CDSBP@OUTLOOK.COM</a> /CDSBPADM@GMAIL.COM NO SITE <a href="http://WWW.CDSBP.BA.GOV.BR">WWW.CDSBP.BA.GOV.BR</a> , PELO TELEFONE 77 3650 - 1160.
<b>Jussilene Maria da Silva Souza</b> <b>– PREGOEIRA-</b>

## 12– INICIO

12.1. O Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim é uma Autarquia Inter federativa, do tipo associação pública, inscrito no CNPJ sob o nº. 19.202.416/0001-10, que possui 14 (quatorze) municípios consorciados através de leis municipais autorizativas que ratificaram o Protocolo de Intensões.

12.2. O Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim é um consórcio multifinalitário, sendo que, dentre os seus objetivos encontra-se as diversas demandas regionais, dentre elas, a recuperação de estradas, ações de convivência com a seca e outras que necessitam de veículos e maquinário para desenvolvimento das atividades.

## 13. DA JUSTIFICATIVA/FINALIDADE:

13.1. A presente despesa será realizada através de procedimento licitatório. A contratação pretendida tem por finalidade atender as demandas operacionais, concernente as atividades próprias e execução de convênios e contratos. Esta locações possibilitarão a execução, conservação, manutenção e reparos de obras, e locomoção dos funcionários para atendimento dos municípios consorciados.

## 14. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

14.1. Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

14.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

14.3. Empresas que não atenderem às condições deste Edital;

14.4. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim;

14.5. Empresas reunidas em consórcio e sejam controlados, coligadas ou subsidiárias entre si;

14.6. Empresas que possuam participação direta ou indireta de sócios, diretores ou responsáveis técnicos que tenham vínculo empregatício com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim;

14.7 A Empresa que comprovar o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/06, terá tratamento diferenciado das demais, consoante disposições constantes nos arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal, devendo comprovar sua condição quando da apresentação dos documentos relativos à habilitação.

14.8 - Para efeito desta Licitação, considera-se como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte aquela que apresentar na sua denominação as expressões Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou suas respectivas abreviações ME ou EPP, conforme o caso, ou ainda que caso não tenham as denominações em seu nome que apresentem declaração nos termos deste Edital.

## 15. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

15.1. Os licitantes deverão proceder, antes da elaboração das propostas, a verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, comunicando por escrito até 02(dois) dias úteis da reunião de abertura da licitação, os esclarecimentos, providências ou impugnar ato convocatório, devendo protocolar o pedido junto a Equipe de Apoio, em endereço do Consórcio, cabendo a Pregoeira decidir sobre requerimento no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas;

15.2. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

15.3. A não comunicação no prazo acima estabelecido implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer reivindicação posterior com base em imperfeições, omissões ou falhas;

15.4. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

## 16. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

16.1- A documentação para o credenciamento poderá ser apresentada em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original.

16.2- **Tratando-se de representante legal, deverá apresentar os seguintes documentos:**

- A) Cartão de CNPJ.
- B) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, registro comercial no caso de empresa individual ou certificado da condição de micro empreendedor Individual – CCMEI
- C) Documento pessoal;

16.3- **Tratando-se de procurador:** apresentação de procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Quando apresentada procuração deverá ser anexada:

- A)** Cartão de CNPJ;
- B)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, registro comercial no caso de empresa individual ou certificado da condição de micro empreendedor Individual – CCMEI;
- C)** Documento pessoal do procurador;

**OBS:** O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

16.4 – Será admitido apenas 01 (um) representante para cada proponente credenciada. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante;

16.5 – A ausência do credenciado em qualquer momento da sessão, importará na imediata exclusão da proponente da fase de lances, salvo fundada justificativa, seguida de autorização expressa do Pregoeiro.

16.6 – As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de comprovação de enquadramento em um dos dois regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, conforme Minuta de Declaração de ME/EPP, Anexo VI.

16.7. Todas as empresas licitantes deverão apresentar perante a Equipe de Apoio, antes da entrega dos envelopes, a DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO estabelecidos no instrumento convocatório – Anexo I.

16.8. Os documentos relacionados neste item não precisarão constar do envelope "documentos de habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

16.9. Somente as empresas que tiverem credenciado representante, conforme exigido no edital, terão poderes para usar a palavra na sessão, apresentar lances de preços, manifestar

após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar documentos e ata, onde estará registrado todos os atos relevantes da sessão, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em nome da Proponente.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

17.1. Concluída a fase de credenciamento, conforme Item 16 deste, a Pregoeira não mais aceitará participação de novas proponentes, dando-se início à abertura da sessão com o recebimento dos envelopes.

17.2 Estando de posse da relação das licitantes credenciadas, a pregoeira fará divulgação verbal das interessadas, dando-se início ao recebimento dos envelopes A - "Proposta de Preços" e B - "Documentos de Habilitação", sendo somente as proponentes credenciadas com representante poderão ofertar lances durante a sessão do Pregão.

17.3. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e a Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes **FECHADOS, RUBRICADOS NO FECHO e IDENTIFICADOS** com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas "a" e "b" a seguir:

a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

AO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO  
PARAMIRIM  
ENVELOPE "A" (PROPOSTA DE PREÇO)  
PREGÃO PRESENCIAL: 002-2021-PP

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços de locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

LICITANTE: \_\_\_\_\_

b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

AO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO  
PARAMIRIM  
ENVELOPE "B" (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)  
PREGÃO PRESENCIAL: 002-2021-PP

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviços de locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

LICITANTE: \_\_\_\_\_

17.4. Será admitida a remessa postal dos envelopes com Proposta de Preço e Habilitação, Credenciamento. Não será necessário a inclusão do documento pessoal no credenciamento, mas sim do documento de constituição da empresa para comprovação que possui atividade pertinente ao objeto a ser licitado. Devem os mesmos serem entregues até o último dia útil anterior a data da licitação, mediante protocolo no setor competente e devidamente lacrado. Sob pena de ser desconsiderado.

17.5. A sessão do pregão será contínua, podendo ser suspensa para diligências e/ou interrupções que se fizerem necessárias, ficando as licitantes convocadas para reinício da sessão no dia e horário subsequente determinado na sessão pela pregoeira.

17.6. A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidora designada como Pregoeira, que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à licitação;

17.7. A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública;

17.8. A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declaradas as licitantes vencedoras, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões;

17.9. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no caso de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pela pregoeira ou sua equipe de apoio.

17.10. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das Propostas de Preço.

17.11. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta de Preço e à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.

17.12. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

17.13. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

17.14. A não-entrega da DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO deste Edital implicará o não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.

17.15. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

## **18. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”**



18.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope "A".

18.2. Só serão aceitas propostas emitidas em via impressa ou datilografada, redigida com clareza, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, rubricada todas as folhas e, ao final, assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante.

18.3. A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste Edital e Anexos, não se admitindo propostas alternativas;

18.4. Apresentar o preço para a quantidade total demandada descrito nos anexos deste edital, expresso em real, com apenas duas casas decimais. Caso o resultado final (preços x quantidade) resulte em dízima, o licitante deverá apresentar uma nova proposta, no prazo estabelecido neste Edital, que resulte em apenas duas casas decimais, cujo valor deverá ser inferior ao inicialmente proposto;

18.5. Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas;

18.6. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fornecimento dos produtos licitados, objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

18.7 O prazo de validade comercial da **Proposta de Preços é de 60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data da apresentação da proposta;

18.8. A(s) proposta(s) de preço(s) vencedora(s), contendo as especificações detalhadas do(s) objeto(s) ofertado(s), deverá(ão) ser formulada(s) e apresentada(s) com preços atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, **no prazo de 02 (dois) dias úteis, após encerramento da sessão, sob pena de desclassificação;**

Parágrafo Único – Na elaboração da Proposta de Preço Final o licitante vencedor deverá adotar como modelo, preferencialmente, o constante neste Edital, no anexo VII.

#### **18.9. Ficam vedadas:**

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto pela contratada a outra empresa;
- b) a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

18.10. As propostas que atenderem os requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais poderão ser corrigidos pela pregoeira da seguinte forma:

- a) discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- b) quanto for omissa (ex: marca) quando exigida;



18.11. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e de seus anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

## **19. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE "B"**

19.1 As licitantes deverão apresentar no envelope "B" – "Documentos de Habilitação", documentos que demonstram atendimento às exigências indicadas neste item.

### **19.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) documento pessoal dos sócios autenticados;
- f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

### **19.1.2 REGULARIDADE FISCAL**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente Licitação;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão referente ao ICMS/IPVA para participação em Licitações Públicas);
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal na sede do licitante;
- f) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS).
- g) Regularidade Fiscal e Trabalhista (CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

19.2. Da Regularidade Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores;

19.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

19.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) nos termos do art. 3º da Lei supracitada (anexo VI)

19.5. Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

19.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no lote anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 10.520, especialmente a definida no art. 7º.

## **19.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA**

19.7.1. A Qualificação Econômica Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação das propostas.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado o livro no órgão competente, (incluindo Termo de Abertura e de Encerramento), que provem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

c) Microempresas e empresas de pequeno porte (sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317/96 – “Simples”): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das demonstrações de resultado do último exercício social devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa.

d) No caso de empresas criadas no exercício em curso deverá ser apresentado Balanço de Abertura devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa.

e) O Balanço Patrimonial e demonstrações de resultado do último exercício social deverão trazer obrigatoriamente a assinatura do representante legal da empresa e do contador ou de outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional - CRP, fornecido pelo

Conselho Regional de Contabilidade em nome do contabilista ou por outro profissional equivalente responsável pela confecção do documento, atualizada;

f) As empresas optantes do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED), deverão comprovar a documentação apresentando o Livro Digital com o Termo de autenticação;

g) Certidão simplificada do capital social compatível com o valor do objeto licitado, integralizado e registrado na Junta Comercial (JUCEB), podendo ser atualizado de acordo como previsto no Art. 31, § 3º da Lei nº 8.666/93

## **19.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

19.8.1. Atestado de Capacidade Técnica ou de Fornecimento- Registrado no CRA, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando a capacitação para realização de seu objeto social de forma satisfatória.

19.8.2. Alvará de funcionamento da empresa em plena vigência;

19.8.4. Comprovação de inscrição ou Registro no Conselho Regional de Administração comprovado através de certidão de registro e quitação da pessoa jurídica em nome da licitante, juntamente com o registro do profissional responsável pertencente ao seu quadro junto ao CRA.

19.8.5. Declaração formal de que dispõe de estrutura técnica para execução dos serviços.

## **19.9. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

a) Declaração da proponente, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal nº 9.854/99, conforme modelo – Anexo II.

b) Declaração da proponente, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações– Anexo III

c) Declaração de que não emprega servidor publico – Anexo IV

d) Declaração de Optante ou Não Optante do Simples Nacional. – Anexo V

19.10. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentados os respectivos originais para conferência pela pregoeira ou por membro da equipe de apoio, na sessão.

19.11. Serão aceitas as Certidões, em original, obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as a verificações, caso necessário.

## **20. DA SESSÃO E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

20.1. No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu

procurador proceder ao respectivo credenciamento, COMPROVANDO, possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lance) e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

20.2. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**;

20.3. O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim poderá recusar a proposta do vencedor, se for o caso, cujo valor esteja com preços excessivos, superfaturado ou, ainda, por interesse da administração, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

20.4. Considera-se preço excessivo ou inexequível, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto licitado.

20.5. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital;

20.6. A Pregoeira selecionará a proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em **até 10 % (dez por cento)**, relativamente à de menor preço, ou na impossibilidade de obter-se pelo menos 03 (três) propostas nestas condições, serão selecionadas as melhores propostas subsequentes a de menor preço, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três), para participarem da sessão pública de lances verbais;

20.7. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a Pregoeira selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

20.7.1. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo a Pregoeira negociar, visando obter preço melhor.

20.7.2. Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, a pregoeira poderá suspender a sessão do pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

## **20.8. ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS;**

20.8.1. Após a classificação das propostas, a pregoeira fará a divulgação, convocando os proponentes para apresentarem lances verbais, a começar do autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, de forma sucessiva e distinta em ordem decrescente, durante esta fase no máximo 20 minutos;

20.8.2. Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor inicialmente proposto pelo mesmo licitante;

20.8.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

20.8.4. Caso não se realizem lances verbais, serão verificadas a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

20.8.5. Sendo aceitável a oferta, será verificado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, o atendimento das condições habilitatórias deste licitante, com base na documentação apresentada;

20.8.6. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pela Pregoeira, com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim;

20.8.7. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim;

20.8.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e seus anexos e/ou propuserem preços inexequíveis ou superfaturados para a Administração, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto do contrato;

20.8.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances;

20.8.10. Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, de acordo com o Menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores de Referência, decidindo, motivadamente, a respeito;

20.8.11. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedora a licitante que ofertar o menor preço por item, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e compatível com o preço de mercado.

20.8.12. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar 123/2006, sendo assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

20.8.13. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa ou empresa de pequeno porte, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor;

20.8.14. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) Para cada empresa dentro do limite de empate, será concedido o tempo de até 5 (cinco) minutos para ofertas de novos lances inferiores àquelas consideradas, até então, de menor preço ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada;

b) Se a microempresa e empresa de pequeno porte, convocada na forma do item anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas e empresa de pequeno porte remanescentes, que

se enquadrarem na hipótese deste Edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a";

20.8.15. Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte, satisfizer as exigências do deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originalmente de menor valor.

20.8.16. O disposto nos itens 20.8.12 a 20.8.14 deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte..

20.9. Sendo aceitável a(s) proposta(s) de menor(es) preço(s), será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para cada lote/item, para confirmação das suas condições de habilitação.

20.10. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o(s) licitante(s) será(ao) declarado(s) vencedor(es), sendo-lhe adjudicado o(s) item(s) do certame.

20.11. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o item/objeto do certame.

20.12. O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar a Pregoeira, no prazo máximo de **48(quarenta e oito) horas** após o encerramento deste Pregão, nova proposta escrita acompanhada de nova Planilha de Preços, observando o disposto no inciso 6.2, em conformidade com o Anexo III deste Edital e de acordo com o correspondente item adjudicado.

20.13. Da sessão pública de realização do pregão será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos representantes presentes, pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio à Pregoeira.

20.14. Considera-se incluso no preço para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

20.15. Poderá ocorrer revisão dos preços em causas máximas. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

20.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela **Pregoeira e licitantes presentes**.



## **21 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

21.1 – Não havendo manifestação pela interposição de recurso, a pregoeira adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior;

21.1.1 – Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior confirmará a adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor, e homologando o mesmo;

21.2 – A adjudicação e, a sua posterior homologação não implica em direito à contratação.

## **22 – FORMA DE ENTREGA**

22.1- Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, dentro do prazo e local indicados pelo Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim;

22.2- Por ocasião dos serviços prestados não atende as especificações do objeto licitado, poderá o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim recusar o recebimento integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante se adequar ao exigido pela administração.

**22.3-** Não será aceito, serviços divergentes daqueles constantes na proposta vencedora.

22.4 –O objeto licitados deverão efetuados conforme ORDEM DE SERVIÇOS encaminhadas.

## **23 – CONTRATAÇÃO**

23.1- Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para assinar o termo do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e 10.520/02;

23.2- As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, que se sagrarem vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial, corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

23.3- A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, definida no art. 86, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

23.4- Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

23.5- Para a assinatura do contrato a empresa deverá representar-se por:

a) Sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou;

b) Procurador com poderes específicos para assinar o contrato.

23.6- O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante no Anexo I deste Edital.

23.7- A contratada ficará obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

### **23.8- A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR PARA ASSINATURA DO CONTRATO OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

23.8.1. A licitante vencedora deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, apresentar cópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados para assinatura do contrato, sob pena de desclassificação da proposta, além das penalidades previstas em Lei:

- a) Certificados de propriedade de todos os veículos destinados ao atendimento do objeto licitado, em nome da proponente;
- b) Os documentos dos veículos locados devem possuir a CATEGORIA DE ALUGUEL.
- b) Após a inspeção/vistoria, pelo chefe de contrato expedirá declaração de participação e averiguação dos veículos, sendo uma via entregue a empresa, no qual deverá apresentar ao Departamento de Licitação, para ser acostada a documentação do contrato;
- d) O veículo não aprovado na inspeção/vistoria será impedido de prestar o serviço e a contratada será notificada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para a substituição do veículo notificado ou reparo do mesmo;
- e) Comprovação de situação regular referente ao Licenciamento e Seguro Obrigatório (DPVAT) de todos os veículos.

### **24 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS**

24.1- Os pagamentos devidos à **Contratada** serão efetuados através ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até **30(trinta) dias**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado;

24.2- Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada;

2243- O pagamento não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação;

24.4- O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA encontra-se adimplente com a Fazenda Pública (União, FGTS, Débitos Trabalhistas, Estado e Município).

### **25 – REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS**

25.1- Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis, salvo de acordo entre as partes na forma do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;

### **26 – SANSÕES E PENALIDADES**

26.1- Para a aplicação das penalidades previstas serão levadas em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato conforme discriminado a seguir;

26.2- ADVERTÊNCIA ESCRITA, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

26.3- Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis Federais números 8.666/93 e 10.520/02, assim como em decreto regulamentador do pregão, sujeitando-se os

infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

26.4- A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;
- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

26.5- A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

26.6-. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

26.7-. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nas disposições legais citada.

26.8- Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram em outros ilícitos previstos em lei.

## **27 – Rescisão**

27.1- A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista na Lei nº. 8.666/93;

27.2- O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93.

## **28- REVOGAÇÃO-ANULAÇÃO**

28.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

28.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual.

28.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

## **29. DOS RECURSOS**

29.1. Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), momento que qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias

úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata aos autos; O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

29.2. Os recursos administrativos deverão ser protocolizados na Consórcio no endereço preambular ao Pregoeiro, em sua via original, devidamente assinada por quem tenha poderes para tal, respeitados os prazos, formas e condições em qualquer caso, ficando consignado que qualquer outra espécie de protocolo, por qualquer outro meio não será recebido, não havendo qualquer validade o respectivo recurso.

29.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e consequente adjudicação do objeto da licitação, pelo(a) Pregoeiro(a), à vencedora;

29.4. Caso o recurso seja julgado improcedente, caberá efetuar a adjudicação à licitante vencedora;

29.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

29.6. A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.

29.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

29.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

29.9. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será notificado para entrega os equipamentos no prazo definido neste edital.

## 30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1- A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Pregoeira, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

30.2- Os encargos de natureza tributárias, sociais e para fiscais são de exclusiva responsabilidade da empresa contratada;

30.3- É facultada a pregoeira ou a autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, inclusive a juntada posterior de documentos, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta, sendo que os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Pregoeira.

30.4- A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação

30.5- A pregoeira poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos;

30.6- A pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

30.7- Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Paramirim, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

30.8- As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, pessoalmente;

30.9- Os casos omissos serão dirimidos pela Pregoeira, com observância da legislação em vigor, considerando as disposições das Leis das Leis Federais nºs 10.520/02 e 8.666/93, no que for pertinente;

30.10- A duração do Contrato ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, podendo ser prorrogável por igual período, na forma do art. 57 da Lei 8.666/93, com as alterações posteriores, que alcançará dotação do exercício subsequente, dada continuidade do serviço;

30.11. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) **ANEXO I** - Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação
- b) **ANEXO II** - Declaração de regularidade quanto ao trabalho do menor
- c) **ANEXO III** - Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação
- d) **ANEXO IV** - Declaração de que não emprega servidor público
- e) **ANEXO V** - Declaração optante ou não pelo simples nacional
- f) **ANEXO VI** - Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte (lei complementar nº. 123/2006)
- g) **ANEXO VII** - PROPOSTA DE PREÇOS;
- h) **ANEXO VIII** - Termo de Referência
- i) **ANEXO IX** - Modelo de Carta de Credenciamento;
- j) **ANEXO X** - Minuta do Contrato;

Caturama-BA, 24 de agosto de 2021.

Jussilene Maria da Silva Souza  
**Pregoeira Oficial**  
**Portaria Nº 001/2021**

**ANEXO I  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2021-PP**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.**

A..... (Razão Social da Empresa), estabelecida na .....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador)DECLARA, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório do Cds-Bacia do Paramirim para contratação de empresa especializada na "Contratação de serviços para locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

\_\_\_\_\_, x.x de x.x.x.x.x de 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

**Observações:**

- Emitir em papel timbrado da empresa;
- Carimbo da Empresa e Assinatura do Representante Legal;
- Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento.



**ANEXO II  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002-2021-PP**

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO TRABALHO DO MENOR**

A..... (Razão Social da Empresa), estabelecida na .....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), DECLARA, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

\_\_\_\_\_, x.x de x.x.x.x.x de 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

**Observações:**

- Emitir em papel timbrado da empresa;
- Carimbo da Empresa e Assinatura do Representante Legal;
- Esta declaração deverá ser entregue junto ao documentação de habilitação.

**ANEXO III  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002-2021-PP**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

A.....(Razão Social da Empresa), estabelecida na ....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

\_\_\_\_\_, x.x de x.x.x.x.x de 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

**Observações:**

- Emitir em papel timbrado da empresa;
- Carimbo da Empresa e Assinatura do Representante Legal;
- Esta declaração deverá ser entregue junto ao documentação de habilitação.

**ANEXO IV**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002-2021-PP**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA SERVIDOR PÚBLICO**

A..... (Razão Social da Empresa), estabelecida na .....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), DECLARA, que não possui em seu quadro de pessoal, servidores públicos do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

\_\_\_\_\_, x.x de x.x.x.x.x de 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

**Observações:**

- Emitir em papel timbrado da empresa;
- Carimbo da Empresa e Assinatura do Representante Legal;
- Esta declaração deverá ser entregue junto ao documentação de habilitação.

**ANEXO V**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002-2021-PP**

**DECLARAÇÃO – (NÃO) OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL**

A..... (Razão Social da Empresa), estabelecida na .....(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), DECLARA, sob as penas da Lei, que **(NÃO)** é optante do "SIMPLES NACIONAL".

\_\_\_\_\_, x.x de x.x.x.x.x de 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

**Observações:**

- Emitir em papel timbrado da empresa;
- Carimbo da Empresa e Assinatura do Representante Legal;
- Esta declaração deverá ser entregue junto ao documentação de habilitação.

**ANEXO VI  
PREGÃO PRESENCIAL Nº.002-2021-PP**

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ. Nº. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate na presente licitação.

\_\_\_\_\_, x.x de x.x.x.x.x de 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

**Observações:**

- **Emitir em papel timbrado da empresa;**
- **Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento;**
- Carimbo da Empresa e Assinatura do Representante Legal;
- Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006.

**A N E X O VII**  
**PROPOSTA DE PREÇOS**  
**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°.002/2021**

<b>FORNECEDOR:</b>	
<b>CNPJ:</b>	PREGÃO PRESENCIAL N° <b>002-2021- PP</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	DATA DE PUBLICAÇÃO: <b>XX-XX-XX</b>
<b>CIDADE:</b>	ABERTURA DE PROPOSTAS: <b>XX/XX/XXXX</b>
<b>ESTADO:</b>	TELEFONE: <b>(00) 0000-0000</b>

**OBJETO:** Contratação de serviços para locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

**ITENS- TRANSPORTE PARA CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO PARAMIRIM (VEÍCULO LEVE)- (Motorista e Combustível por conta da contratante)**

ITENS	Quantidade de Veículos	Tipo de veículo	Descrição	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
ITEM 01	01	Veículo utilitário tipo Caminhonete capacidade mínima 750Kg, 04 portas, cabine dupla, com capacidade para 5 pessoas, carroceria aberta, ar condicionado, gasolina/álcool. Ano/Modelo de fabricação mínimo 2010.	Disposição da CDS- BACIA DO PARAMIRIM		
ITEM 02	01	Veículo utilitário tipo Caminhonete, com capacidade mínima 750kg, 4 portas, cabine dupla, com capacidade de 5 pessoas, carroceria fechada, ar condicionado, gasolina/álcool. Ano/Modelo de fabricação mínimo 2010.	Disposição da CDS- BACIA DO PARAMIRIM		
ITEM 03	01	Serviço de locação de veículo utilitário pick-up tipo CAMINHONETE, cabine dupla, ano e modelo de fabricação a partir de 2012, quilometragem livre, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, motor turbo diesel, cambio automático, carroceria com capa de alta resistência, ar condicionado,	Disposição da CDS- BACIA DO PARAMIRIM		



		direção hidráulica, capacidade da carga mínima de 1.000Kg, tração 4X4, combustível e motorista por conta do contratante (Consórcio), serviço de seguro automotivo e manutenção preventiva e programadas por conta do contratado, podendo transitar em estradas com ou sem pavimentação asfáltica. Documentação regularizada e em conformidade com as leis de trânsito e acessórios obrigatórios exigidos pelo COTRAN.			
--	--	---	--	--	--

Razão Social: \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

INSC.EST: \_\_\_\_\_

INSC.MUN.: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, que correrão também por nossa conta e risco.

Prazo de validade da presente proposta \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias da data estipulada para sua apresentação não inferior a 60 (sessenta) dias.

Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nº. 8.666/93 com suas alterações.

\_\_\_\_\_  
Assinatura – Responsável  
CARIMBO

**A N E X O VIII**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N°.002-2021-PP**

## 1. OBJETO

Contratação de serviços para locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

### 1.1 Quantitativos:

**ITENS- TRANSPORTE PARA CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO PARAMIRIM (VEÍCULO LEVE)- (Motorista e Combustível por conta da contratante)**

ITENS	Quantidade de Veículos	Tipo de veículo
ITEM 01	01	Veículo utilitário tipo Caminhonete capacidade mínima 750Kg, 04 portas, cabine dupla, com capacidade para 5 pessoas, carroceria aberta, ar condicionado, gasolina/álcool. Ano/Modelo de fabricação mínimo 2010.
ITEM 02	01	Veículo utilitário tipo Caminhonete, com capacidade mínima 750kg, 4 portas, cabine dupla, com capacidade de 5 pessoas, carroceria fechada, ar condicionado, gasolina/álcool. Ano/Modelo de fabricação mínimo 2010.
ITEM 03	01	Serviço de locação de veículo utilitário pick-up tipo CAMINHONETE, cabine dupla, ano e modelo de fabricação a partir de 2012, quilometragem livre, 04 (quatro) portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, motor turbo diesel, cambio automático, carroceria com capa de alta resistência, ar condicionado, direção hidráulica, capacidade da carga mínima de 1.000Kg, tração 4X4, combustível e motorista por conta do contratante (Consórcio), serviço de seguro automotivo e manutenção preventiva e programadas por conta do contratado, podendo transitar em estradas com ou sem pavimentação asfáltica. Documentação

		regularizada e em conformidade com as leis de trânsito e acessórios obrigatórios exigidos pelo COTRAN.
--	--	--

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida tem por finalidade atender as demandas operacionais, concernente as atividades próprias e execução de convênios e contratos. Esta aquisição e locações possibilitarão a execução, conservação, manutenção e reparos de obras, e locomoção dos funcionários para atendimento dos municípios consorciados.

## 3. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

A despesa decorrente da aquisição do objeto do presente certame obteve preços cotados através de pesquisa de preços com fornecedores do ramo, conforme cotações anexas e terá a seguinte classificação orçamentária:

Unidade orçamentária: 01 - Consórcio Público  
Atividade: GESTÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS 33.90.39.00.00.00  
Elemento: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
Fonte: 01.20/01.21

## 4. DEVERES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

**4.1 – A CONTRATADA**, além das obrigações constantes no Termo Descritivo, daquelas estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- 4.1.1.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.1.2.** Disponibilizar os veículos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;
- 4.1.3.** Entregar os veículos de acordo com as especificações do fabricante e em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza;
- 4.1.4.** Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da Contratante;
- 4.1.5.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção, com exceção do abastecimento do combustível;
- 4.1.6.** Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e das peças desgastadas;
- 4.1.7.** Substituir o(s) veículo(s) locado(s) no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, a partir da comunicação da Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança.
- 4.1.8.** Entregar e retirar o(s) veículo(s) substituído(s) sem cobrança de qualquer taxa adicional;
- 4.1.9.** Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao(s) veículo(s);

- 4.1.10.** Encaminhar à Contratante, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao(s) veículo(s) locado(s) para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro;
- 4.1.11.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização da Contratante em seu acompanhamento;
- 4.1.12.** Dar ciência imediata e por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 4.1.13.** Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
- 4.1.14.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, trabalhistas, sociais e previdenciários;
- 4.1.15.** Implementar de forma adequada, o planejamento, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades da Contratante, respeitando suas normas de conduta.
- 4.1.16.** Executar manutenção preventiva e corretiva do veículo, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas.
- 4.1.19.** Manter os veículos com seus documentos em dia e com os demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito).

## **4.2 – A CONTRATANTE OBRIGA-SE A:**

- 4.2.1.** Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, bem como pelo recebimento dos veículos;
- 4.2.2.** Garantir instalações para a guarda e estacionamento dos veículos envolvidos;
- 4.2.3.** Arcar com as despesas de combustível e multas provenientes de infração às leis de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), decorrentes do uso dos veículos locados;
- 4.2.4.** Arcar com as despesas relativas a pedágios e estacionamentos;
- 4.2.5.** Comunicar no prazo máximo de 02 (dois) dias qualquer sinistro ocorrido com o(s) veículo(s);
- 4.2.6.** No caso de infrações de trânsito, efetuar a identificação do motorista infrator e o envio dos documentos necessários à Contratada dentro do prazo estipulado no Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de subsidiá-la na impetração de recurso junto à Autoridade que impôs a penalidade;
- 4.2.7.** Providenciar o devido ressarcimento do valor da multa à Contratada, caso a infração cometida seja considerada procedente;
- 4.2.8** – Em caso de acidente, colher dados referentes ao veículo envolvido e seu motorista, vítimas, testemunhas, providenciar o Boletim de Ocorrência Policial e dar imediata ciência do ocorrido à Contratada.
- 4.2.9** – Utilizar o veículo exclusivamente em vias normais de rodagem;
- 4.2.10** – Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato.

## **5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

5.1. A CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Código Civil Brasileiro, prestando toda assistência técnica-administrativa necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.

## **6. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

## 6.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1. As despesas com abastecimento de combustível dos veículos locados correrão por conta da CONTRATANTE.
2. Motorista por conta da CONTRATANTE.
3. Manutenção preventiva e corretiva do veículo, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas por conta da CONTRATADA.
4. Todos os veículos devem estar com seus documentos em dia com os demais equipamentos de série não especificados anteriormente e com os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito).
5. Os tipos de veículos devem ser adequados aos serviços, levando em consideração o tipo de pavimento, acesso, circulação de pedestres, entre outros.
6. Quanto aos veículos, para execução do serviço, objeto desta licitação, serão observados pela fiscalização, ressaltando que todos devem estar em bom estado de conservação e pleno funcionamento:
  - Quanto ao estado de conservação dos veículos
    - ✓ Estado dos pneus;
    - ✓ Sistema de frenagem;
    - ✓ Suspensão;
    - ✓ Faróis noturnos;
    - ✓ Piscas, sinalização e alerta;
    - ✓ Pintura;
    - ✓ Equipamentos de segurança obrigatórios;
  - Quanto ao desempenho do veículo:
    - ✓ Será realizado um teste de rua para checagem de funcionamento do veículo e checagem dos equipamentos de segurança.
    - ✓ A avaliação será periódica, de acordo com as especificações CDS- BACIA DO PARAMIRIM.
7. Deverão ser respeitados os limites de ruído estabelecidos nas normas e disposições legais.

## 7. CONTRATAÇÃO

A licitante vencedora deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, apresentar cópias autenticadas dos documentos abaixo relacionados para

assinatura do contrato, sob pena de desclassificação da proposta, além das penalidades previstas em Lei:

a) Certificados de propriedade de todos os veículos destinados ao atendimento do objeto licitado, em nome da proponente;

b) Os documentos dos veículos locados devem possuir a CATEGORIA DE ALUGUEL.

b) Após a inspeção/vistoria, pelo chefe de contrato expedirá declaração de participação e averiguação dos veículos, sendo uma via entregue a empresa, no qual deverá apresentar ao Departamento de Licitação, para ser acostada a documentação do contrato;

d) O veículo não aprovado na inspeção/vistoria será impedido de prestar o serviço e a contratada será notificada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para a substituição do veículo notificado ou reparo do mesmo;

e) Comprovação de situação regular referente ao Licenciamento e Seguro Obrigatório (DPVAT) de todos os veículos.

## **6. VIGÊNCIA CONTRATUAL**

O fornecimento do objeto referente a esta licitação dar-se-á do dia da assinatura do contrato até 12 (doze) meses. A vigência poderá ser prorrogada com base no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Leonardo Costa Santos  
Secretário Executivo do CDS – Bacia do Paramirim

## ANEXO IX PREGÃO PRESENCIAL Nº.002/2021

### MODELO DA CARTA DE CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa), CNPJ n.º (XX.XXX.XXX/0001-XX), com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Consórcio Público (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº.001-2021 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº.002/2021**.

\_\_\_\_\_, x.x de x.x.x.x.x de 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da empresa)

#### Observações:

- **Emitir em papel timbrado da empresa;**
- RECONHECER FIRMA(S) NO CARTÓRIO COMPETENTE;
- **ANEXAR CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE DO PROCURADOR, DO REPRESENTANTE DA EMPRESA QUE ASSINOU A CARTA DE CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA.**



**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002-2021-PP  
ANEXO X  
MINUTA DE CONTRATO**

Processo Administrativo Nº 012/2021  
Pregão Presencial nº 002-2021  
Contrato nº 00/0000

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO PARAMIRIM**, pessoa jurídica de direito público da espécie Associação Pública, com sede à Rua José Ribeiro Lula, S/n, centro, nesta cidade de Caturama Bahia, inscrito no CNPJ sob o n.º 19.202.416/0001-10, neste ato representado por seu Presidente, ROBERVAL DE CÁSSIA MEIRA, portador da cédula de identidade nº 1806815 SSP/BA, CPF 366.029.735-68 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **XXXXX XXXXX XXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0000-00, com sede na Xxx Xxxxx Xxxx, nº 000, Bairro Xxxxx, Xxxxxxx/XX, CEP: 00.000-000, representada pelo(s) Sr(a) **XXXXX XXXXX XXXXX**, portador(a) da Documento de Identidade nº 0000000, XXX/XX e inscrito(a) no CPF sob o nº 000.000.000-00, residente e domiciliado a Rua XXXXX nº00, Cidade XXXXXXXX XX, CEP:0000000, que a este subscrevem, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, firmam nesta ato, o presente contrato, na forma e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**1.1** - O presente instrumento tem por objeto é contratação de serviços de locação de 3 (três) veículos diversos destinados para atender as atividades do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim..

**CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO**

**2.1** - O regime de execução é de **Menor Preço por ITEM**, em obediência ao Edital do Pregão Presencial Nº 002/2021 e seus Anexos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZOS**

**3.1** - O presente contrato terá vigência da data de assinatura deste instrumento até o dia 12 (doze) meses.

**3.2** - A duração do Contrato ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, podendo ser prorrogável por igual período, na forma do art. 57 da Lei 8.666/93, com as alterações posteriores, que alcançará dotação do exercício subsequente, dada continuidade do fornecimento.

**CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**4.1** - Pela execução do Contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 000.000,00 (xxxx xxxx xxxx xxxx), amortizável de acordo com nota fiscal.

**Parágrafo Único** – Estão inclusos nos valores das propostas as despesas com impostos, sobretaxas, encargos sociais e trabalhistas, entre outros para a entrega.

**4.2** - O pagamento equivale a aquisição do item **00**, especificados no processo licitatório, de acordo com Anexo II do Edital e valores vencedores na sessão pública do Pregão Presencial nº. 002/2021.

**4.3** - O pagamento será efetuado pela Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim, em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal e atesto do gestor da contratação.

**4.4.** Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à CONTRATADA.



**4.4.1.** Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras.

**4.4.2.** Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**4.5** – O pagamento fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA encontra-se adimplente com a Fazenda Pública (União, FGTS, Débitos Trabalhistas, Estado e Município).

**4.6** - A contratada ficará obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, nos termos e nos limites previstos no art. 65, da Lei nº. 8.666/93, alterado pela Lei nº. 9.648/98.

---

## **CLÁUSULA QUINTA - ORIGEM DOS RECURSOS**

---

**5.1** - As despesas do objeto do presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade orçamentária: 01 - Consórcio Público

Atividade: GESTÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS 33.90.39.00.00.00

Elemento: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 01.20/01.21

---

## **CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES**

---

### **6.1 – DA CONTRATADA:**

**6.1.1.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.1.2.** Disponibilizar os veículos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido;

**6.1.3.** Entregar os veículos de acordo com as especificações do fabricante e em perfeitas condições de segurança, higiene e limpeza;

**6.1.4.** Responsabilizar-se por todos os encargos relativos ao veículo, como IPVA, seguro obrigatório e taxa de emplacamento, com exceção das multas provenientes de infração às leis de trânsito, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, que tenham sido causadas por dolo ou culpa da Contratante;

**6.1.5.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, como troca de óleo e reparos mecânicos necessários à sua manutenção, com exceção do abastecimento do combustível;

**6.1.6.** Realizar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de acordo com as recomendações do fabricante, incluindo os serviços de funilaria e lubrificação, bem como a substituição de pneus e das peças desgastadas;

**6.1.7.** Substituir o(s) veículo(s) locado(s) no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, a partir da comunicação da Contratante, em razão de acidentes, revisão, reparos mecânicos, má conservação e condição de segurança.

**6.1.8.** Entregar e retirar o(s) veículo(s) substituído(s) sem cobrança de qualquer taxa adicional;

**6.1.9.** Manter atualizada e em ordem a documentação relativa ao(s) veículo(s);

**6.1.10.** Encaminhar à Contratante, dentro do prazo máximo de 03 (três) dias úteis de seu recebimento a notificação de autuação de infração de trânsito referente ao(s) veículo(s) locado(s) para verificação, apuração de responsabilidade e indicação dos dados do condutor infrator, conforme previsto no Código de Trânsito Brasileiro;

- 6.1.11.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização da Contratante em seu acompanhamento;
- 6.1.12.** Dar ciência imediata e por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;
- 6.1.13.** Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;
- 6.1.14.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, trabalhistas, sociais e previdenciários;
- 6.1.15.** Implementar de forma adequada, o planejamento, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades da Contratante, respeitando suas normas de conduta.
- 6.1.16.** Executar manutenção preventiva e corretiva do veículo, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas.
- 6.1.19.** Manter os veículos com seus documentos em dia e com os demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito).

## **6.2 – A CONTRATANTE OBRIGA-SE A:**

- 6.2.1.** Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem competirá a fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, bem como pelo recebimento dos veículos;
- 6.2.2.** Garantir instalações para a guarda e estacionamento dos veículos envolvidos;
- 6.2.3.** Arcar com as despesas de combustível e multas provenientes de infração às leis de trânsito (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), decorrentes do uso dos veículos locados;
- 6.2.4.** Arcar com as despesas relativas a pedágios e estacionamentos;
- 6.2.5.** Comunicar no prazo máximo de 02 (dois) dias qualquer sinistro ocorrido com o(s) veículo(s);
- 6.2.6.** No caso de infrações de trânsito, efetuar a identificação do motorista infrator e o envio dos documentos necessários à Contratada dentro do prazo estipulado no Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de subsidiá-la na impetração de recurso junto à Autoridade que impôs a penalidade;
- 6.2.7.** Providenciar o devido ressarcimento do valor da multa à Contratada, caso a infração cometida seja considerada procedente;
- 6.2.8** – Em caso de acidente, colher dados referentes ao veículo envolvido e seu motorista, vítimas, testemunhas, providenciar o Boletim de Ocorrência Policial e dar imediata ciência do ocorrido à Contratada.
- 6.2.9** – Utilizar o veículo exclusivamente em vias normais de rodagem;
- 6.2.10** – Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES E PENALIDADES**

**7.1.** Para a aplicação das penalidades previstas serão levadas em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato conforme discriminado a seguir:

**7.1.1.** ADVERTÊNCIA ESCRITA, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim.

**7.1.2.** Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis Federais números 8.666/93 e 10.520/02, assim como em decreto regulamentador do pregão, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

**7.1.3.** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato;
- II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

**7.1.3.1.** A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

**7.1.3.2.** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**7.1.4.** Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nas disposições legais citada.

**7.1.5.** Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram em outros ilícitos previstos em lei.

---

## **CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO:**

**8.1.** A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista na Lei nº. 8.666/93.

**8.2.** O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93

---

## **CLÁUSULA NONA - REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

**9.1.** Os preços ofertados serão fixos e irrevogáveis, salvo de acordo entre as partes na forma do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

---

## **CLÁUSULA DECIMA – DA VINCULAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

**10.1** – O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório Pregão Presencial n. 002/2021 e adjudicado à Empresa Xxxxx Xxxxx Xxxxx.

---

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**11.1** – A CONTRATANTE fica obrigada a publicar o presente contrato nos meios de publicação previstos na Lei 8.666/93, para que surta os efeitos legais.

---

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES GERAIS:**

**12.1** – A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário, por conveniência do fornecedor ou da Administração, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA;

**12.2** – Este contrato é regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela administração pública.

---

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

---

**13.1** - As partes signatárias deste Contrato elegem o Foro da Comarca de Paramirim, Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Xxxxxx, 00 de xxxxxxxx de 0000.

**CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO BACIA DO  
PARAMIRIM  
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_